

JORNAL DA **fetaep** A AGRICULTURA FAMILIAR EM EVIDÊNCIA

FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES RURAIS AGRICULTORES FAMILIARES DO ESTADO DO PARANÁ

EDIÇÃO 165 – SETEMBRO DE 2019



**A hora e a vez
dos orgânicos na
agricultura familiar**

Nas páginas 4 a 7 veja como
a produção de alimentos
não convencionais cresce e
se transforma em
alternativa econômica

**FETAEP elege diretoria com
propósito de dar protagonismo
ao agricultor familiar**

Página 9

**Capacitação sobre
retificação do CAR reúne
sindicatos de todo o estado**

Página 10



EDITORIAL

Capacitação, qualidade de vida e mais renda para os agricultores

Gostaria de agradecer a confiança e empenho de todos os representantes dos STRs que estiveram na sede da FETAEP para confirmar o seu voto. É com imensa alegria e muita disposição que a nova diretoria se propõe a trabalhar, sempre pensando em iniciativas que promovam a qualidade de vida e geração de renda para a agricultura familiar.

Nosso projeto é audacioso, focado no agricultor familiar e com metas bastante claras. Para isso, estruturamos todo o quadro técnico da FETAEP e dos sindicatos, que passa a contar com profissionais graduados e pós-graduados em diferentes áreas para atender a todas as demandas. Vamos atuar ativamente atendendo às necessidades dos jovens, das mulheres e da família rural, além de auxiliar no acesso a políticas públicas. Seremos parceiros desde a produção até à comercialização dos produtos da agricultura familiar.

A nova força profissional permitirá que o agricultor seja melhor assistido em todas as regiões e tenha acesso à capacitação contínua. O esforço será para gerar mais resultados no campo de forma organizada, com associações e cooperativas que possam colocar o produto no mercado com mais qualidade e valor agregado.

Essa diretoria está muito preparada e conta com importantes parceiros para contribuir ainda mais com o desenvolvimento do setor no Paraná. Exemplo dessa união de forças são as nossas parcerias com o Instituto Agrônomo do Paraná (Iapar) e o Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater) para o Show Rural 2020. O evento será em fevereiro e a FETAEP já está estruturando ações com essas entidades. Nós estamos criando mecanismos para atender o nosso público da melhor maneira possível. Queremos otimizar o tempo do agricultor familiar no evento, para que ele possa aproveitar com qualidade, trocando experiências com os extensionistas, pesquisadores e produtores.

Temos certeza de que juntos iremos melhorar os processos nas propriedades rurais familiares, diversificar e beneficiar a produção, para que os agricultores possam empreender. O agricultor familiar terá mais subsídios para crescer, ter qualidade de vida e ampliar a renda com o seu próprio esforço. Contem conosco nessa caminhada!

Boa leitura.

MARCOS BRAMBILLA,
Presidente da FETAEP



Expediente

**INFORMATIVO DA
FEDERAÇÃO DOS
TRABALHADORES NA
AGRICULTURA DO ESTADO
DO PARANÁ**

Rua Piquiri, 890 – Rebouças
Curitiba / PR
(41)3149-9200

Presidente: Marcos Brambilla
Secretário geral: Aparecido Calegari
Secretário de Finanças: José Amauri Denck
Jornalista Responsável: Aline Cambuy DRT 5746/PR – Talk Assessoria de Comunicação
Textos: Lucas Jensen
Diagramação: Marcos Tavares – Talk Assessoria de Comunicação
E-mail: imprensa@fetaep.org.br
Impressão: Gráfica Graciosa | **Tiragem:** 6 mil exemplares
Apoio: Senar-PR

ACONTECEU



Copel apresenta Paraná Trifásico

A Copel apresentou o Programa Paraná Trifásico, que será responsável por obras de infraestrutura avaliadas em R\$ 835 milhões, em 2019. O presidente da FETAEP, Marcos Brambilla, e o assessor da diretoria Benedito Luiz Almeida participaram do evento. "O programa aumenta a competitividade do Paraná em energia", disse Brambilla.



FrutFest reúne 150 mil pessoas em palestras e atividades

Entre os dias 4 e 8 de setembro, a FrutFest reuniu 150 mil pessoas em palestras e atividades, da festa que é considerada a maior do Norte Pioneiro. O evento concilia avanço tecnológico e lazer com palestras técnicas durante as manhãs para qualificar os agricultores, e programação de entretenimento que se estende durante a tarde e noite. Café, leite, peixe e goiaba foram as cadeias produtivas selecionadas pela comissão organizadora formada pela prefeitura municipal de Carlópolis, Emater, Seab e Senar. A FETAEP foi representada pelo secretário-geral Aparecido Calegari.



2º Encontro de jovens de São José dos Pinhais

O STR de São José dos Pinhais, em parceria com a FETAEP Emater e Sanepar, realizou no dia 10 o 2º Encontro de jovens. Foram discutidos temas referentes à construção de escolas pela Sanepar como contrapartida à construção da barragem no local. Participaram jovens, pais e autoridades locais.



Agudos do Sul recebe primeira Unidade de Alimentos Minimamente Processados

No dia 5, o secretário de finanças da FETAEP, José Amauri Denck, esteve na inauguração da primeira Unidade de Alimentos Minimamente Processados em Agudos do Sul, na RMC. A implantação foi possível graças aos esforços da prefeitura da cidade por meio do programa “Agudos Crescendo com Você” e a parceria com a COPASOL SUL.



Reunião inicia estruturação do Show Rural 2020

Reunidos em Santa Tereza do Oeste, Região Metropolitana de Cascavel, a FETAEP, o Emater e o Iapar começaram a estruturação do Show Rural 2020. As três instituições estudam as melhores ações para atender os agricultores familiares esperados para a 32ª edição do evento.



Cooperativa da Agricultura Familiar (CODAF) reúne 40 pessoas na 1ª assembleia

A 1ª assembleia da Cooperativa da Agricultura Familiar (CODAF), em Bocaiúva do Sul, reuniu cerca de 40 agricultores familiares e a diretoria da FETAEP. O encontro é ponto de partida para o desenvolvimento do Vale do Ribeira por meio do processamento de alimentos e comercialização de frutas e verduras. A cooperativa nasceu da iniciativa do Sindicato dos Trabalhadores Rurais da cidade e trará mais recursos, oportunidades de negócio e acesso facilitado à compra de insumos para os agricultores e agricultoras familiares. A cooperativa teve ainda o apoio do Sebrae.

SENAR-PARANÁ

QUALIFICANDO E
PROMOVENDO A
FAMÍLIA RURAL

sistemafaep.org.br

SETEMBRO 2019



CONHECIMENTO COMO PRÊMIO



A jornada pelo conhecimento tem várias etapas. Uma das iniciativas mais promissoras desenvolvidas pelo Sistema FAEP/SENAR-PR é o Programa Empreendedor Rural (PER), que desde 2003, por meio de uma parceria com a FETAEP e o Sebrae-PR, proporciona aos produtores paranaenses uma imersão no universo do empreendedorismo. Por meio de um curso, os participantes aprendem a colocar seu negócio – ou seu projeto de negócio – na ponta do lápis, atentando para aspectos de mercado e gestão, para que a propriedade rural seja encarada como uma empresa.

No final do ano, um grande evento reúne os participantes e premia os três melhores projetos de negócio confeccionados ao longo do programa. Como prêmio, os vencedores recebem uma viagem técnica internacional para aprimorar seus conhecimentos.

No final de agosto, os vencedores do PER 2018 embarcaram para a Colômbia, onde passaram uma semana visitando propriedades, empresas e sistemas de produção do país vizinho. O objetivo é que os viajantes obtenham uma nova visão da própria atividade com essa experiência, observando novidades e diferenças nos modelos colombianos de agricultura e pecuária.

Medellín, que recebeu em 2013 o título de cidade mais inovadora do mundo, fez parte do roteiro. Esse destino não foi por acaso, está alinhado com o perfil dos participantes do PER, inovadores por natureza.



SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM RURAL
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO ESTADO DO PARANÁ

CONSELHO ADMINISTRATIVO

Presidente
Agostinho Meneguetti - FAEP

Membros Titulares
Rosane Curi Zanardini
Wilson Thiesen
Dorci Piana
Ademir Mueller

Membros Suplentes

Reilon Costa
Artur Elias Benveniste
Cláudio Rodrigues

CONSELHO FISCAL

Membros Titulares
Sebastião Olímpio Santarosa

Paulo José Basso Junior
Marcos Junior Brambilla

Membros Suplentes
Ana Theresia da Costa Ribeiro
Ciro Tadeu Alcântara
Carlos Gubiato

SUPERINTENDENTE

R. Marechal Deodoro, 450 | 1º andar | Fone: (41) 2106-0401 | Fax: (41) 3323-1779 | CEP: 80010-010 | Curitiba | PR



Envato

Os agricultores familiares fornecem 60% dos hortifrutis utilizados na merenda dos estudantes matriculados na rede estadual de ensino, segundo a Fundepar



OPORTUNIDADE

Um impulso decisivo para os orgânicos

Apenas 8% dos alimentos fornecidos hoje para as escolas estaduais do Paraná são orgânicos. E o governo quer chegar a 100% até 2030 com a ajuda dos agricultores familiares

O Paraná acaba de firmar um compromisso decisivo para impulsionar a alimentação orgânica no estado. O governador Carlos Massa Ratinho Junior assinou um decreto que regulamenta a Lei 16.751/10, que tem como objetivo a inclusão gradual de alimentos orgânicos nas refeições dos alunos das 2.146 escolas estaduais, até chegar a 100% da merenda em 2030. Grande parte desta produção será proveniente da agricultura familiar que, hoje, responde por 60% do abastecimento dos alimentos consu-

midados pelos estudantes, nem sempre livre de agrotóxicos.

O desafio é grande: atualmente a alimentação orgânica está presente em apenas 8% das escolas do Paraná, segundo dados do Iapar. As estratégias que serão adotadas ao longo dos próximos anos incluem soluções na área de sanidade animal, ampliação da produção e organização dos produtores em associações e cooperativas.

A FETAEP nos últimos anos vem pautando suas ações para aumentar o conhecimento em torno da produção orgânica e agroecológica. O intuito é que a conversão do convencional para o orgânico seja menos traumática.

O presidente da FETAEP, Marcos Brambilla, considera que "a iniciativa do estado é extremamente importante porque valoriza a saúde, a qualidade de vida e a produção do agricultor familiar, uma vez que abre um mercado totalmente novo".

Porém, vale destacar que seguiremos respeitando a produção convencional, desde que seja feita de modo consciente, respeitando a vida de quem consome e produz.

A "invasão" dos orgânicos

Segundo o Conselho Brasileiro da Produção Orgânica e Sustentável (Organis), o mercado brasileiro de orgânicos faturou R\$ 4 bilhões em



Selo orgânico

Uma das grandes premissas dos orgânicos é a segurança alimentar, devido às características próprias de plantio, colheita e processamento. De acordo com a legislação brasileira, o produto orgânico deve preencher uma série de requisitos como preservação do ecossistema local e insumos para controle de pragas aprovados para a agricultura orgânica. O produto orgânico também deve ser obtido a partir de um sistema orgânico de produção agropecuária.

Quem consome esses produtos precisa ter a certeza de que eles são de fato orgânicos. Para isso foi criado o SISORG – Sistema Brasileiro de Avaliação de Conformidade Orgânica, administrado pelo Ministério da Agricultura, que controla toda a cadeia de produção orgânica no país. Para os produtores certificados é emitido um selo oficial, concedido por organismos de avaliação credenciados que atestam o cumprimento das normas. Este selo é obrigatório para que o produto seja considerado orgânico.



“A comida é muito mais saborosa. Não consigo comer nada além de orgânicos.”

Rosemari Ribas,
produtora de Campo Magro

2018. O número foi 20% maior do que a última pesquisa, realizada em 2017.

No estudo Panorama do Consumo de Orgânicos em 2019, o Organiza diz que 23% dos consumidores da Região Sul consome produtos de origem orgânica com frequência, percentual maior que a média brasileira de 19%. Ainda segundo o levantamento, mais de 60% dos entrevistados demonstram interesse em aumentar esse tipo de consumo.

O produto orgânico é o resultado de um sistema orgânico de produção agropecuária ou de processos extrativistas sustentáveis e que tem a preocupação com o meio ambiente, com os recursos naturais e com as características socioeconômicas da comunidade local. Além disso, segundo a legislação brasileira, é preciso produzir sem utilização de agrotóxicos e transgênicos e, ainda, garantir a não contaminação por produtores vizinhos.

Um dado importante é que 65% da população que consome os produtos ainda tem no preço o principal limitador para aumentar o consumo. Isso acontece pela falta de escala da comercialização. Ou seja, a tendência é que o preço também diminua à medida em que cresça o consumo.

Outro gargalo a ser resolvido pela cadeia produtora é a distribuição. O estudo do Organiza mostra que 47% dos entrevistados consideraram

A Segurança Alimentar prevê o direito de todos ao acesso a alimentos de qualidade por meio de práticas alimentares que promovam a saúde, respeitem a diversidade cultural e sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis

O número de produtores de orgânicos registrados no Brasil passou de 5,9 mil em 2012 para 17,7 mil em 2019, um crescimento de 200%, segundo o Mapa

“difícil” ou “muito difícil” encontrar orgânicos em sua região. E apenas 27% consideraram “muito fácil” ou “fácil”.

Mudança pela saúde

Em outro estudo, o Organiza mostra que a maioria dos consumidores opta pelos orgânicos devido à saúde. No Perfil do Consumidor Brasileiro de Orgânicos 2019, esse é o principal motivo da opção por este tipo de alimento para 84% dos entrevistados. É o caso da família da produtora Rosemari Ribas, de Campo Magro, Região Metropolitana de Curitiba.

Os Ribas sempre produziram alimentos, mas há 20 anos seu marido teve problemas de saúde. Foi a razão para interromper a produção e consumo de alimentos convencionais, em favor dos orgânicos.

“As vantagens são inúmeras, desde a redução do impacto ambiental na terra e nas águas, passando pela saúde e chegando na parte econômica”, afirma Rosemari. Outro ponto positivo que enxerga é que a produção de orgânicos consegue manter o jovem no campo devido à melhor remuneração.

Rosemari ainda ressalta que, além da saúde da família estar bem melhor agora, o gosto dos alimentos é diferente. “A comida orgânica é muito mais saborosa. Hoje eu consigo per-



Markus Spiske/Unsplash



Markus Spiske/Unsplash



ceber claramente a diferença, por exemplo, em relação a uma maçã convencional. Não consigo comer nada além de orgânicos.”

Êxodo diminui

O êxodo rural é um dos principais problemas enfrentados pela agricultura familiar. Entretanto, nos últimos anos, com o fortalecimento da agricultura familiar e dos orgânicos, esse fenômeno está se revertendo e trazendo de volta as pessoas para o campo. É o caso de Laíde Suzuki, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) de Apucarana.

“Eu sempre fui apaixonada pela questão dos orgânicos, mas principalmente depois que estudei em colégio agrícola o assunto da agroecologia. Nós sonhávamos em voltar para o campo e produzir alimento seguro não só para a gente mas para quem consome na cidade”, conta Laíde.

A produtora lembra ainda que esse também foi um dos motivos para criar, na região, um curso da linha de orgânicos. Apesar de ainda encontrar bastante resistência dos agricultores, ela vê que “as coisas estão mudando com as mídias sociais e veículos de comunicação trazendo mais informações para as pessoas sobre os benefícios dos orgânicos, como o aumento da qualidade de vida e o valor nutricional dos alimentos”.

Os produtos orgânicos podem conter até 40% a mais de antioxidantes que os convencionais, auxiliando no combate ao envelhecimento do organismo. O maior teor de vitaminas e minerais é um fator decorrente da isenção de adu-

bos químicos, agrotóxicos, radiação ionizante e aditivos químicos em todos os processos de plantio, colheita e processamento do alimento.

Plantio Direto como impulsionador

Assim como na agricultura convencional, muitos produtores orgânicos ainda não adotam práticas sustentáveis de cultivo. Essa ausência de cuidado pode prejudicar a qualidade do solo, do alimento e diminuir a produtividade da área cultivável. Isso faz com que o agricultor tenha que vender o seu produto por um preço ainda maior para cobrir os gastos, perdendo competitividade no mercado ou comprometendo a renda.

Uma alternativa para os que ainda lutam para se adaptarem às necessidades do mercado é o Sistema de Plantio Direto (SPD). Ele envolve técnicas de aumento de produtividade, de forma a conservar ou melhorar o ambiente de cultivo. Entre elas, a ausência de revolvimento do solo, a cobertura do solo com palhada e a rotação de culturas.



O Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater) vem propondo a conscientização e a capacitação dos agricultores familiares para utilizarem o plantio direto. Por meio do Projeto de Olericultura, o Sistema de Plantio Direto de Hortalças (SPDH) foi “importado” de Santa Catarina, onde já pode ser considerado um sucesso. O foco do sistema é conscientizar os agricultores, entre outras coisas, sobre a importância da sustentabilidade no campo.

Ausência de revolvimento do solo

No Brasil não é necessário revirar o solo, por causa do clima mais quente e úmido na maior parte das regiões. O sistema convencional serve bem para solos de países mais frios onde há exposição a geadas e a neve.

Cobertura de palhada

O cobrimento com a matéria orgânica formada pelos restos da planta colhida serve como obstáculo ao excesso de água, ajuda a manter a temperatura ideal, diminui a perda de água por evaporação e reduz o impacto da gota da chuva na superfície do solo.

Rotação de culturas

A alternância planejada de espécies em uma mesma área de cultivo, no mesmo ano agrícola. Com isso, reduz-se as doenças, pragas e melhora-se as condições físico-químicas e biológicas do solo no longo prazo.

“A grande intenção hoje é introduzir um sistema de cultivo mais sustentável. O plantio direto serve tanto para a agricultura convencional quanto para os orgânicos e, como visa a sustentabilidade da produção, pode ser considerado uma transição entre as duas formas.”

João Reis, extensionista da Emater em Curitiba.



JURÍDICO – AUTO DECLARAÇÃO SEGURADO ESPECIAL

Mudanças à vista para os segurados especiais

O novo formulário de autodeclaração da condição de segurado especial sofreu algumas mudanças em relação ao formato anterior. Agora o documento exige novas informações que caracterizam ou não o enquadramento do trabalhador ou trabalhadora rural no regime. O novo formulário alinha-se ainda a diversas informações contidas na Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP).

É importante observar que, com a vigência da MP 871 (Lei nº 13.846/2019), o cadastro da DAP passa a ser uma das principais bases de dados que alimentam o CNIS do trabalhador rural para fins de reconhecimento como segurado especial. Além da DAP, as informações especificadas no formulário da autodeclaração também serão cruzadas com outras bases de dados do governo como

o Cadastro de Imóveis Rurais (CAFIR/ITR), Cadastro de Registro Geral da Pesca (RGP), Cadastro do Seguro-desemprego do Pescador Artesanal (SDPA), Cadastro da Divisão de Negócios de Controle Financeiro (DICFN), Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR), Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária (SIPRA) e Cadastro do Microempreendedor Individual (MEI).

É essencial estar atento para o conjunto de informações exigidas no formulário da autodeclaração em relação ao segurado especial que está pleiteando o benefício. Se for averiguado que a situação do trabalhador rural se enquadra em alguma das restrições, é possível a sua descaracterização como segurado especial.

É essencial estar atento para as informações exigidas no formulário da autodeclaração sobre o segurado especial que pleiteia o benefício

1. Todos os membros do grupo familiar são identificados, se o regime for de economia familiar;
2. Se a ocupação permite enquadramento
3. Se a propriedade rural localizada no mesmo município ou em município contíguo do endereço residencial do trabalhador
4. Se o imóvel rural de até 4 módulos fiscais.
5. Se a cessão do imóvel em parceria ou comodato respeita o limite de outorga de 50% da área da propriedade
6. Se houve arrendamento por parte do proprietário, independente da área.
7. Se houve contratação de empregado ou prestador de serviço eventual, limitado a 120 dias no ano civil.
8. Se houve participação atual ou passada em sociedade empresarial em empresa com objeto agrícola, agroindustrial ou agroturístico, composta por segurados de igual natureza sediada no mesmo município ou em município limítrofe àquele em que se desenvolvem as atividades rurais.
9. Se a propriedade foi utilizada com fins turísticos e se respeitou o limite de 120 dias no ano civil.
10. Se houve atividade remunerada diversa e se respeitou o limite de 120 dias do ano civil. Caso ultrapasse, é necessário comprovar o retorno à atividade rural.
11. Se houve recebimento de benefício em categoria diferente da de segurado especial, e se o benefício foi inferior ao salário mínimo.
12. Se houve beneficiamento/industrialização artesanal da produção sem incidência de Imposto sobre Produto Industrializado – IPI.
13. Se possui plano de previdência complementar e o plano é em razão da condição de produtor rural.
14. Se houve participação em cooperativa e se esta é de natureza rural.
15. Se exerceu mandato como dirigente sindical e se a entidade é de categoria de trabalhador rural.
16. Se exerceu mandato como vereador e se o exercício foi no município em que foi desenvolvida a atividade rural.
17. Se recebeu rendimento mensal decorrente de atividade turística e se o rendimento foi de até um salário-mínimo.
18. Se houve atividade artesanal com renda mensal superior ao salário mínimo e se a matéria-prima foi produzida pelo respectivo grupo familiar.

FETARP

Já pensou na sua aposentadoria?

Jovens raramente pensam em planejar sua aposentadoria e, no meio rural não é diferente. Veja as dicas do presidente da FETARP, Carlos Gabiato:

Quando tenho que começar a me preparar?

O mais cedo possível. As pessoas associam aposentadoria com velhice, quando não tem mais a força de trabalho. Mas aposentadoria não é apenas por velhice. Há diversos outros benefícios previdenciários como o auxílio maternidade e o auxílio doença.

Como faço para me preparar?

No caso dos agricultores há duas “categorias”: contribuinte individual e segurado especial. O contribuinte individual é segurado obrigatório da previdência social. Só terá direito aos benefícios com recolhimento mensal pela Guia da Previdência Social – GPS. O agricultor é contribuinte individual quando trabalha em atividade agropecuária em área rural superior a 4 módulos fiscais ou quando explora atividade agropecuária utilizando mão de obra assalariada (tem empregados). Há outras situações, como o produtor rural com outra fonte de rendimento fora da agricultura.

O que é segurado especial?

É o agricultor familiar que trabalha em área rural individualmente ou com auxílio de sua família (regime de economia familiar), em área de até 4 módulos fiscais, não utiliza empregados ou utiliza até 120 diárias no ano e não possui renda fora da agricultura. O segurado especial não é obrigado a efetuar recolhimentos mensais à Previdência Social. Sua contribuição previdenciária é pela comercialização da produção. Quando vende para a cooperativa, ao emitir a Nota Fiscal, a cooperativa faz o desconto do FUNRURAL (1,5%). Esta é a contribuição previdenciária do segurado especial. Com a publicação da Lei nº 13.846/2019, a comprovação do exercício da atividade do segurado especial passou a ser por autodeclaração e consulta à base de dados do Governo Federal (InfoDAP) até dezembro de 2022. Em complemento à autodeclaração e à base de dados, a comprovação de segurado especial poderá ser feita através do CCIR, ITR, bloco de notas do produtor rural, notas fiscais de entrada de mercadorias, matrícula da propriedade rural, contratos de parceria agrícola entre outros. A partir de 1 de janeiro de 2023 a comprovação do exercício da atividade rural será feita por sistema de cadastro dos segurados especiais no Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS). É importante que o agricultor familiar procure o Sindicato para obter informações. Os segurados especiais têm direito à aposentadoria por idade a partir dos 55 anos se mulher e aos 60, se homem, desde que comprovem o exercício da atividade rural nos últimos 15 anos.

Empregado rural e sua aposentadoria

Os empregados rurais têm os mesmos direitos previdenciários dos empregados urbanos. A idade mínima para aposentadoria por idade é a mesma do segurado especial (55 as mulheres e 60 os homens), desde que tenham 15 anos de contribuição. A comprovação da sua condição de trabalhador rural é pelo registro em Carteira de Trabalho.

CAR

FETAEP realiza capacitação sobre retificação do CAR

O Cadastro Ambiental Rural é feito nos Sindicatos de Trabalhadores Rurais

Fotos: Lucas Jensen



Dirigentes e funcionários de sindicatos reuniram-se com a diretoria da FETAEP durante o trabalho.

A FETAEP reuniu mais de 30 representantes sindicais de todo o estado para uma capacitação prática sobre a retificação do Cadastro Ambiental Rural (CAR), o atendimento aos proprietários rurais e o Novo Código Florestal. O encontro, realizado em Curitiba no dia 17, contou com a presença do Instituto Ambiental do Paraná (IAP), que atua na fase das análises dos cadastros.

“Quando os proprietários se dirigem ao agente financeiro ou cartório que exija o cadastro, e estão com alguma pendência, a entidade que devem procurar é o sindicato. Por isso é de extrema importância que os funcionários e dirigentes do STR estejam capacitados para esse atendimento”, destaca Daiane Kiehl Ribeiro, da Secretaria do Meio Ambiente da FETAEP.

O que é o CAR?

O CAR é um registro público eletrônico nacional e obrigatório para todos os imóveis rurais. Ele tem a finalidade de integrar as informações ambientais das propriedades e posses rurais referentes às Áreas de Preservação Permanente (APP), de uso restrito, de reserva legal, de remanescentes de florestas e demais formas de vegetação nativa, e das áreas consolidadas, compondo base de dados para controle, monitoramento, planejamento ambiental e econômico e combate ao desmatamento.

Além de servir como registro, o CAR também é uma base de dados estratégica contra o desma-

tamento da vegetação nativa do Brasil. Apesar de cada estado estabelecer o CAR por meio de seus órgãos ambientais, o Decreto nº 7.830/2012 criou o Sistema de Cadastro Ambiental Rural (SICAR) para integrar todas as unidades da federação e regulamentar o CAR.

O que é e como acessar a Central do Proprietário/Possuidor

A Central do Proprietário é o canal de comunicação entre o órgão estadual responsável por receber as inscrições no CAR e o proprietário do imóvel rural. A central pode realizar operações como: emitir segunda via do Recibo de Inscrição, acessar a ficha do imóvel, verificar a situação do CAR, acompanhar o processo de análise da inscrição, retificar o CAR e enviar documentos.

O acesso pode ser realizado por meio do portal (www.car.gov.br) e, além de permitir o cadastro, prevê situações como perda de senha.

Cancelamento do CAR

Caso existam motivos, o CAR pode ser cancelado. Os procedimentos administrativos para can-



Sistema de cadastro vai integrar todos os estados.



Evento promoveu capacitação sobre o CAR.

celamento do CAR foram regulamentados pela Portaria 119/16 do Instituto Ambiental do Paraná (IAP). Alguns dos motivos mais comuns são a duplicidade de envio, sobreposição com mesmo documento de identificação (CPF ou CNPJ), cadastramento em desacordo com o conceito de imóvel rural, imóveis urbanos cadastrados no CAR ou decisão judicial.

Para que a solicitação do cancelamento seja efetivada, devem ser protocolados nos Escritórios Gerais do IAP documentos como recibo de inscrição no CAR, requerimento de cancelamento, identificação do(s) proprietário(s)/imóvel cadastrado e justificativa do motivo do cancelamento. O IAP ainda poderá solicitar documentação complementar se julgar necessário.

Retificação CAR

A retificação do CAR pode ser feita sempre que necessário e desde que este CAR não esteja com a condição “em análise”. Após inserção dos dados do declarante, todas as informações da declaração original irão aparecer na tela da Central do Proprietário, então basta retificá-las de acordo com a necessidade.

ATENÇÃO!

O número do recibo de inscrição no CAR não muda após as retificações



ELEIÇÕES

FETAEP elege diretoria com propósito de dar protagonismo ao agricultor familiar

Marcos Brambilla assume a presidência para o período de 2019 a 2023

Lideranças sindicais de todas as regiões do Paraná estiveram em Curitiba no dia 19 para as eleições da nova diretoria da Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores Familiares do Estado do Paraná (FETAEP). A chapa única registrada, "Organização e Trabalho", liderada por Marcos Brambilla, foi eleita com aprovação de 97% dos 120 votantes. A cerimônia de posse será na sede da FETAEP em Curitiba, na noite de 22 de outubro.

Brambilla foi vice-presidente da FETAEP na gestão de 2015/2019 e secretário de Política Agrícola. Desde abril deste ano está à frente da entidade por meio da Junta Governativa eleita. Nascido em Medianeira, é agricultor familiar e iniciou seu trabalho no movimento sindical no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Capitão Leônidas Marques, onde é associado e mantém propriedade rural familiar.

Uma das principais propostas da chapa é a prática do novo sindicalismo, que rompe com a unilateralidade na atividade do movimento. Esse modelo de administração caracteriza-se pela aproximação entre a federação e o agricultor, colocando os produtores como protagonistas, em evidência, participando ativamente das decisões que afetam o seu cotidiano.

"Essa nova forma de gestão representa o reencontro da FETAEP com a plena união da sua base. Em seis meses de junta governativa, reconstruímos uma unidade que é fundamental para vencermos as lutas dos agricultores e trabalhadores familiares. Nossa proposta é uma gestão focada nos anseios daqueles que representamos. Por isso, estaremos muito próximos do agricultor e construiremos com ele soluções para toda a demanda existente da produção de alimentos, sempre lembrando dos cuidados com o meio ambiente e atuando efetivamente na construção de leis de apoio e incentivo à agricultura familiar e à produção sustentável", destaca Brambilla.

Para a diretoria, essa conquista é um ponto de partida de um novo trabalho. "Nós temos o compromisso de organizar os agricultores e os nossos sindicatos para que, em conjunto com a FETAEP, eles possam realizar ações em prol da agricultura familiar. Nós temos que dar condições para que os agricultores possam permanecer no meio rural e



Sobre Marcos Brambilla

Em 2005, começou sua caminhada na FETAEP como coordenador da Juventude Rural da Regional Oeste. Em 2006, tornou-se coordenador estadual. Em 2007, ano em que a Coordenação de Juventude e Mulheres passou a fazer parte da Diretoria da Federação, Brambilla foi o primeiro jovem, com apenas 25 anos, a fazer parte da direção, ocupando os cargos de 2.º Secretário e coordenador estadual da Juventude Rural, e assumindo a Secretaria de Política Agrária. Em 2011, foi eleito 1.º Secretário e coordenador da Juventude Rural e continuou responsável pela Secretaria de Política Agrária. Aos 37 anos, tem uma trajetória dedicada à agricultura familiar. É membro da diretoria do Sindicato de Capitão Leônidas Marques, e conselheiro fiscal da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag). É graduado em Gestão Pública pela Uninter.

para que eles continuem produzindo alimentos", disse o vice-presidente Aparecido Calegari.

As mulheres estão representadas pela agricultora familiar Ivone Francisca de Souza, que além de secretária das Mulheres Trabalhadoras Rurais, é a 1ª vice-presidente. Ivone afirmou que "esse momento é importante para o fortalecimento do movimento sindical por meio da união. É somente com esse trabalho em equipe que podemos trazer igualdade de oportunidades e reconhecimento para trabalhadores e trabalhadoras".

O presidente Marcos Brambilla acompanhado dos diretores Alexandre Leal dos Santos, Aparecido Calegari, Ivone Francisca de Souza e José Amaury Denck.



Processo eleitoral mobilizou 120 votantes de todas as regiões do Paraná.

As mulheres estão representadas pela agricultora familiar Ivone Francisca de Souza, que além de secretária das Mulheres Trabalhadoras Rurais, é a 1ª vice-presidente

Lucas Jensen



A partir do dia 23 de outubro, a secretaria efetiva da FETAEP terá a seguinte composição:

Presidente: Marcos Brambilla

Vice-presidente: Aparecido Callegari

1ª Vice-presidente: Ivone Francisca de Souza

2º Vice-presidente: Claudio Zeni

Secretário geral: Alexandre Leal dos Santos

1º Secretário geral: Donizete Santos Pires

2º Secretário geral: Romeu Carlos Scherer

Secretário de Finanças e Administração: José Amauri Denck

1ª Secretária de Finanças e Administração: Mery Terezinha Halabura Woiciekovski

2ª Secretária de Finanças e Administração: Sandra Paula Bonetti

Suplentes de diretorias: Wilson de Souza Silva, Edvard José de Oliveira, José Aparecido Luiz, Carlos Roberto Sestari, Marli Catarina Vieira Carvalho da Rocha, Robson Sividanis, Isabela Albuquerque, Vera Lucia Lemes, José Ulisses de Britto, Maria Solange Ferreira dos Santos Wrublak.

Titulares do Conselho fiscal: Cleusinete Marcia Prates Novaes, Luiz Vicente Thomazini e Ilton Irineu da Silva.

Suplentes do Conselho fiscal: Elisa Walter Zimpel, Renata Ribeiro Felix e Paulo Cesar Baia.

Lucas Jensen



Lucas Jensen



O voto de Lourenço David Rubim, presidente do STR de Corbélia.



“Essa nova forma de gestão representa o reencontro da FETAEP com a plena união da sua base.”

Marcos Brambilla, presidente da FETAEP.



COOPERATIVISMO



Líderes da FETAEP, FETARP e STR Arapoti com a prefeita de Arapoti, Nerilda Penna.



O governador Ratinho Júnior assina o termo de criação do programa.

Governo do Estado lança Coopera Paraná

O governador Ratinho Júnior destacou que o Programa de Apoio ao Cooperativismo da Agricultura Familiar no Paraná, o Coopera Paraná, tem como objetivo o fortalecimento das organizações cooperativas como instrumentos para melhorar a competitividade e a renda dos agricultores familiares

O Coopera Paraná dará assessoramento às cooperativas, capacitação de seus dirigentes e apoio financeiro às organizações. O programa coordenado pela Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento foi lançado no Palácio Iguaçu, no dia 3, com a presença da diretoria da FETAEP, representantes do poder legislativo e das principais instituições ligadas à agricultura, fomento e crédito, como Unicafe, Sebrae, Emater, Consea-PR, além das lideranças das principais entidades cooperativas do estado como Ocepar, Fecoopar e SESCOOP.

Marcos Brambilla, presidente da FETAEP, destaca que a importância do programa para agricultura familiar ao proporcionar um salto de qualidade e alcance do seu produto. “Quando o agricultor se organiza em cooperativas, ele consegue agregar valor ao alimento produzido e atender um mercado maior e mais exigente”, diz.

“Sozinho o produtor consegue atuar somente no município. Quando se junta com outros em uma cooperativa, já consegue alcançar diversas cidades e até um grande polo comercial, que precisa de segurança nos produtos e uma quantidade que antes ele [agricultor] não conseguiria produzir”, afirma Brambilla.

Ele ainda observa que o Coopera Paraná, por meio do apoio às pequenas cooperativas, traz mais renda para a agricultura familiar. “Com isso, ele consegue modernizar a sua produção e ter mais quali-



Centenas de pessoas estiveram no Palácio Iguaçu.



Secretário da Agricultura, Norberto Ortigara.

dade de vida, porque oferece um serviço especializado e recebe proporcionalmente”.

O programa é um grande passo para alavancar o setor cooperativista, que conta atualmente com 180 cooperativas em todo o estado. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 84% das propriedades rurais do Paraná pertencem à agricultura familiar, e são responsáveis por mais de 50% dos alimentos produzidos pelo estado. O governador Ratinho Junior ressaltou que

Ações conjuntas

O Coopera Paraná prevê ações conjuntas entre iniciativa pública e privada. Essas ações englobam todo o assessoramento e acompanhamento das cooperativas nos aspectos administrativos, financeiros, técnicos e de qualificação. Outra ação prevista pelo programa é a do apoio financeiro subsidiado pelo governo do estado, voltado para obras, aquisição de máquinas e contratação de especialistas. O primeiro edital do programa foi aberto a projetos de negócios com recursos de R\$ 30 milhões, em que cada um pode receber até R\$ 420 mil. As inscrições se encerraram no dia 18 de setembro.

“a ideia do programa é fazer com que o Paraná aumente o número de pequenas cooperativas, processe mais alimentos e, consequentemente, consiga produzir alimentos cada vez mais saudáveis”.

Leonardo Boesche, superintendente do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo do Paraná, destacou a importância das cooperativas no desenvolvimento do estado. Segundo ele, sete das dez maiores do Brasil estão no Paraná. “A primeira condição para se ter uma cooperativa é a necessidade. A segunda é um grupo de pessoas interessadas. A terceira é a viabilidade econômica”, enumerou. Ainda destacou que essa iniciativa fará com que o sistema cooperativista chegue a áreas que ainda não estão consolidadas.

O programa é um grande passo para alavancar o setor cooperativista, que conta atualmente com 180 cooperativas em todo o estado.